

Capítulo 1

Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica

Bob Jessop

Preâmbulo

Este capítulo discute a dinâmica espaço-temporal da globalização, destacando como ela é moldada pela interação, em diferentes escalas, entre lógicas territoriais e o espaço de fluxos. Faz-se referência, aqui, às cidades globais, às principais cidades-região, à cooperação inter-regional, aos blocos macrorregionais, bem como aos esforços para a eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias – o investimento de capital e o capital financeiro – em escala global.

Consideram-se aqui as semelhanças e as diferenças entre as formas de integração europeia (Europa composta por cidades, Europa composta por regiões, Europa dos Estados nacionais e o federalismo europeu), a importância do governo multinível e da governança em rede, e também as dinâmicas de integração regional no Leste da Ásia e em outras regiões. Ele também inclui observações sobre a crise financeira do Atlântico Norte, sobre a crise da integração europeia e sobre as perspectivas da globalização e do regionalismo, à luz da mais recente crise econômica global.

Mercado Mundial ou Globalização ou Rearticulando Regiões ... ?

O mercado mundial oferece o horizonte definitivo da análise econômica, assim como a “sociedade mundial” oferece o horizonte definitivo da análise social. Em nenhum dos casos isso significa que a escala mundial é o principal (muito menos o único) *locus* de mecanismos causais globalmente significativos ou de forças sociais. Não se deve confundir o campo no qual os processos econômicos ou sociais se desdobram com suas dinâmicas causais. Por exemplo, a crise

financeira mundial, que veio à tona nos anos de 2007 e 2008 não se originou em uma escala global acima ou além de circuitos específicos do capital ancorados em determinados lugares. Sua procedência foi os EUA. Foi uma crise que estourou lá e se espalhou de forma desigual – através de um misto de contágio e vulnerabilidades endógenas – ao redor do globo. Mesmo em meio à crise econômica global mais grave desde a década de 1930, algumas localidades, regiões e economias nacionais se expandiram e, de fato, a crise tem reforçado um retorno ao centro de gravidade da economia, depois de séculos, daquilo que os europeus e os ianques costumam chamar de Oriente (para uma abordagem sobre esta mudança, ver Quah, 2011; para a ascensão do “Sul”, ver Petropoulos, 2013). Então, devemos abordar as ideias do mercado mundial ou da globalização com cuidado e considerar como elas interagem com outras dinâmicas espaciais. Farei isso em três etapas: (1) uma crítica ao conceito de globalização; (2) um contraste entre a lógica da territorialização e a do espaço de fluxos; e (3) uma consideração acerca da natureza do regionalismo à luz dos dois primeiros passos.

Globalização é um termo relativamente recente para distinguir uma série de processos desiguais com histórias muito extensas e múltiplas. Como termo, remonta, ao menos, aos primórdios da existência de um mercado mundial integrado e às reflexões sobre a literatura mundial, a paz mundial e a sociedade mundial – especialmente quando estas foram reforçadas pelo conhecimento do planeta (globo) enquanto perspectiva e horizonte últimos e definitivos da ação social.

Não é um único processo com uma lógica universal, unitária, que afeta todas as instituições e forças sociais, da mesma forma, em todos os lugares em que ocorre. Na verdade, a globalização se desenvolve de forma muito desigual, em razão de diversos limites objetivos e subjetivos. Neste sentido, ela é hipercomplexa na medida em que:

- emerge da interação entre as atividades em muitos sítios ao redor do globo, incluindo locais periféricos e semiperiféricos, bem como lugares centrais;
- surge de ações em muitas escalas que coexistem e se interpenetram de modo complexo. Na verdade, o que alguns descrevem como globalização também pode ser entendido, de maneira talvez mais explícita, em termos de uma dialética

complexa entre as mudanças na organização do espaço de fluxos e na organização do território, refletida, de maneira variada, na expansão de empresas multinacionais e bancos transnacionais; na internacionalização dos espaços econômicos nacionais, através de crescentes penetração (fluxos endógenos) e extroversão (fluxos exógenos); na construção de redes de cidades globais; na integração e na concorrência entre a tríade (EUA-Europa Ocidental-Ásia); na formação de regiões transfronteiriças; na localização internacional; na glocalização; e assim por diante;

- envolve um nexo cada vez mais denso de temporalidades e horizontes temporais, especialmente devido ao crescente distanciamento e/ou compressão espaço-temporal;
- resulta de estratégias concorrentes e contraestratégias e toma muitas formas diferentes. A integração do mercado mundial ao longo de vias neoliberais é apenas uma possível estratégia e até mesmo isso varia muito em grau e forma; e
- está enraizada na interação contingente de muito diversos processos causais.

As complexidades da globalização reordenam diferenças e complementaridades econômicas, políticas e socioculturais, ao longo de diferentes escalas, lugares e redes. Isto oferece oportunidades para que Estados supranacionais, nacionais e locais moldem tais diferenças e complementaridades e, assim, possam influenciar suas competitividades. Ao contrário de produzirem um “mundo plano” (Friedman 2005), livre de fricções espaciais, o que temos é algo “viscoso” (*sticky*). Além disso, é um mundo de lugares que permanecem hierarquicamente ordenados: alguns “espaços dos fluxos”, alguns Estados Territoriais (por exemplo, EUA, República Popular da China, Alemanha), alguns lugares (por exemplo, cidades globais), algumas escalas de ação econômica e política (por exemplo, a União Europeia), algumas redes (por exemplo, os *swaps* de taxas de juros) são mais importantes do que outros. Assim, encontramos um terreno irregular com fluxos irregulares, atritos diferenciais e poderes desiguais, com capacidades variadas de compressão e de distanciamento espaço-temporal.

Um aspecto desta crescente complexidade é a menor impor-

tância da escala nacional de organização econômica, política e social em relação às três primeiras décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Foram décadas de expansão econômica e de aumento da importância da organização regional em escalas abaixo, acima, e transversal, em relação à nível nacional. Isso se reflete na redescoberta da importância das regiões subnacionais e na ênfase mais recente colocada sobre o papel dos três grandes polos de crescimento (ou regiões da tríade) da economia global. Estes polos baseiam-se, supostamente, nas hegemonias regionais de EUA, Japão (posteriormente deslocado pela China), e na Alemanha, e revelam-se nas tentativas de criação de uma Área de Livre Comércio da América do Norte, um Espaço Econômico Europeu, e uma Comunidade Econômica Ásia-Pacífico (junto com a ASEAN, ASEAN + 3, ASEAN + 1 e a Cúpula do Leste Asiático ou EAS). O caso da América Latina é mais complicado, com a Colômbia desempenhando o papel de âncora da hegemonia norte-americana; o Brasil exercendo seu poder de líder regional; um interesse europeu tradicional no subcontinente; a Venezuela um ator importante no esforço para desenvolver a ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas) como um bloco contra-hegemônico e a crescente cooperação regional com a China.

A celebração do “poder da tríade” em trabalhos muito recentes não nos deve impedir de ver três outras tendências importantes: (1) a crescente interpenetração das chamadas potências da tríade nelas mesmas, à medida que elas desenvolvem complementaridades específicas e formam alianças estratégicas; (2) as mudanças nas hierarquias nacionais dentro de cada tríade decorrentes do desenvolvimento desigual; e (3) a reemergência de economias regionais no interior de algumas economias nacionais, como parte do processo de internacionalização e/ou em reação à mesma. Essas mudanças também têm suas próprias bases estratégicas e/ou materiais, e não se deve considerar a regionalização como inerentemente supra- ou subnacional em sua dinâmica. Ao invés disso, há uma complexa rearticulação das economias mundial-regional-nacional-locais, com efeitos diferenciais em contextos variados. O relaxamento das tensões após a decomposição do bloco soviético também permitiu, por um tempo, o crescimento das conexões transfronteiriças congeladas e a abertura de zonas tampão defensivas e cinturões-sombra remotos como pontes que ligam potenciais parceiros econômicos (Jordan; Khanna, 1995; Gooneratne; Mosselman, 1996). Isto é reforçado onde as fronteiras

impostas de cima tinham dividido antigas regiões “históricas” com fortes identidades próprias e, em alguns casos, distintos agrupamentos étnico-nacionais. O resultado final é um mosaico de alianças transfronteiriças organizadas dentro e dentre regiões e continentes, às vezes baseadas na cooperação intergovernamental, às vezes na partilha da soberania, e às vezes em formas de dominação imperial ou neoimperial mais ou menos ocultas.

O que é uma região?

Nós não devemos procurar um critério econômico objetivo inatingível para definir uma região (por exemplo, em termos de “territórios econômicos naturais”) ou confundir o conceito de região com unidades administrativas que estão abaixo, transversais, ou acima das fronteiras nacionais, tal como definido de tempos em tempos por autoridades políticas ou poderes militares. Além disso, as características das regiões também variam de acordo com legados históricos e sua incorporação em diferentes tipos de contextos econômicos, políticos e sociais, (por exemplo, regiões situadas em economias planificadas diferem das regiões situadas em economias mais descentralizadas, especialmente daquelas situadas em economias de mercado liberais). No geral, as geometrias variáveis de fronteiras econômicas e políticas tornam difícil para as autoridades competentes imaginar, construir e governar uma economia regional em termos de fronteiras pré-definidas. Ao contrário, as regiões são mais bem definidas em termos de sua co-constituição por fatores discursivos e materiais que, juntos, fornecem-lhes uma identidade imaginada mais ou menos coerente, assim como uma estruturação social. Isto coloca o problema de como demarcar uma região como uma matriz espaço-temporal significativa e viável de ação social e da ordem institucional dentro de um nexos mais amplo de relações sociais. Regiões estão sujeitas a lutas discursivas sobre o mapeamento e a nomeação (Jenson, 1995; Paasi, 2004; Sidaway, 2002) que são análogas às lutas anteriores sobre a formação de comunidades nacionais imaginadas (Anderson 2008); e por lutas mais substantivas sobre o seu desenvolvimento social, material e sobre sua institucionalização espaço-temporal. Lutas discursivas são especialmente importantes durante turbulências econômicas e políticas que criem oportunidades para novos projetos e programas regionais

(cf. Sidaway, 2002). O sucesso nesse âmbito depende tipicamente de coligações específicas de forças sociais que são capazes de combinar capacidades semióticas e materiais para moldar a formação da região. Além disso, a formação da região pode envolver não só os seus membros em potencial e vizinhos imediatos, mas também forças externas. As economias do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) constituem um exemplo recente interessante. Aqui observamos tentativas de integração destas economias na governança econômica global, na sequência da crise econômica (por exemplo, a ampliação do G-8 para o G-20), e da consolidação das cúpulas do BRIC como uma expressão dessa identidade emergente (para uma discussão mais aprofundada, ver, por exemplo, Petropoulos 2013).

Isto exclui uma visão das regiões como recipientes limitados de relações sociais e pontos, ao invés de uma geografia relacional de regiões mais complexa, em que diferentes imaginários regionais e diferentes princípios de organização social regional estão em jogo e que, além disso, as regiões operam não só como recipientes, mas também como conectores através de uma série de redes inter-regionais. Neste sentido, as regiões existem em um espaço caracterizado pela tensão entre confinamento e conexão, fixidez e fluxo, identidade imaginada e conexidade real. Como Massey (2011: 4) afirmou:

“Territórios são constituídos e devem ser conceituados relacionalmente. Assim, interdependência e identidade, diferença e conectividade, desenvolvimento desigual e o caráter de lugar, são cada par constituindo dois lados da mesma moeda. Eles existem em tensão constante entre si, cada um contribuindo para a formação, e explicação, do outro”.

Por exemplo, na constituição de uma região como um objeto de regulação ou governança econômica *e extra-econômica*, para facilitar o desenvolvimento econômico, é importante distinguir: (1) a economia regional *versus* seu ambiente econômico sub-, trans-, e supra-regional; e (2) a economia regional *versus* seu ambiente regional extra-econômico (a comunidade, o sistema político, Estado de bem-estar, sistema educacional, instituições religiosas etc.). A primeira distinção pressupõe que, quaisquer que sejam os caprichos e contingências do desenvolvimento econômico em escala global, pode ser possível endogeneizar e controlar pelo menos algumas

condições relacionadas ao desenvolvimento econômico regional. Aqui está em jogo a forma como os limites da economia regional são discursivamente construídos e como estes se materializaram. A segunda distinção refere-se às relações meios-fins envolvidas em tentativas de desenvolver estratégias regionais a partir de uma perspectiva econômica bem abrangente e diz respeito à gama de atividades que precisam ser coordenadas para realizar uma determinada estratégia de desenvolvimento econômico (cf. Jessop, 1997).

Dadas as complexidades da espacialidade, com seus momentos territoriais, baseados em lugares, escalares, e em rede (Jessop et al., 1988), há um amplo escopo para imaginários regionais concorrentes e diferentes tipos de construção da região. A região pode ser imaginada e construída de muitas maneiras, que vão desde territórios hermeticamente fechados, a nós porosos em um espaço de fluxos em rede. Quais dos muitos imaginários regionais concorrentes são selecionados e instituídos; quais não conseguem atrair ou perder sua atração e – portanto – são marginalizados, depende de uma dialética complexa de dependência da trajetória e moldagem do caminho em que “as circunstâncias que não as escolhidas pelos atores” incluem discursos herdados e tecnologias sociais disponíveis, bem como estruturas nas quais “os atores fazem a sua própria história”, através da rearticulação de amarras estruturais nas relações sociais compostíveis, de coexistência, bem como a elaboração de novos imaginários e tecnologias sociais inovadoras.

A Relativização da Escala

As regiões, em sentido lato, existem em diferentes escalas. Desde o surgimento do mercado mundial têm sido útil distinguir uma hierarquia de regiões que tem uma forma fractal e mutante. No auge da hierarquia podemos discernir dois domínios amplos geoestratégicos (o domínio marítimo que compreende a Europa Ocidental, a América do Norte, o Leste Asiático marítimo, a Austrália, o litoral do Mediterrâneo; e o domínio Eurasiático continental que compreende, em particular, os territórios da antiga União Soviética e a China); vêm em seguida regiões geopolíticas subordinadas (por exemplo, Europa, Japão, América do Norte) e regiões geopolíticas independentes e externas aos dois principais domínios geoestratégicos (por exemplo, Sul da Ásia); abaixo destes

encontramos estados nacionais individuais; e, abaixo destes, por sua vez, as regiões econômicas subnacionais e as regiões transfronteiriças (cf. Cohen, 2003).

A implantação de tal hierarquia de escalas geopolíticas e geoeconômicas não implica que a importância relativa de cada escala, em termos econômicos e políticos corresponde a sua posição na hierarquia. Pelo contrário, estas potenciais escalas de organização são marcadas por diferentes e mutáveis graus de hegemonia e de hierarquia, sobreposição de esferas de influência, componentes nacionais e influências transnacionais, interdependências e bolsões de autocontenção, regiões embrionárias e moribundas, esferas marginais e áreas de confronto. É importante distinguir escalas dominantes, nodais e marginais e reconhecer que a escala dominante não é, necessariamente, localizada no pico da hierarquia (cf. Collinge, 1999).

Uma característica importante das alterações nos últimos 40 anos ou mais é a contribuição de internacionalização para o declínio da importância da escala nacional de organização econômica, política e social. No entanto, nenhuma outra escala de organização econômica e política (se “local” ou “global”, “urbana” ou “triádica”, “regional” ou “suprarregional”) ganhou, até o momento, uma primazia comparável ao da economia nacional, do estado nacional, ou da sociedade nacional. Collinge (1999) refere-se a esse fenômeno como a relativização da escala. Na verdade, existe uma concorrência intensa entre os diferentes espaços econômicos e políticos para se tornar o novo ponto de ancoragem de acumulação em torno do qual os planos escalares restantes (ainda que sejam muitos, ainda que sejam identificados) podem ser organizados de modo a produzir um grau adequado de coerência estruturada. Isto envolve projetos econômicos e políticos voltados para diferentes escalas e um consenso sobre a forma como estes devem ser conciliados ainda não foi produzido. Assim, podemos observar um problema generalizado (na verdade, “global”) hoje sobre a importância relativa a ser dada aos locais e espaços de ação econômica globais, nacionais, e os chamados “regionais”. Isto é evidente na contínua (ainda que muitas vezes transformada) significância de escalas menores (notadamente a urbana, a transfronteiriça, a nacional e a macrorregional) como sítios substantivos onde ocorrem as verdadeiras atividades econômicas; e nas estratégias econômicas orientadas para a articulação de outras escalas dentro do global. Desenvolvimentos

sociais e materiais subsequentes complicaram essa situação, aliás, com o surgimento do ciberespaço¹ como uma arena virtual de ação que parece estar em toda parte e em lugar nenhum. O ciberespaço proporciona tanto um meio de escapar dos grilhões e fricções das fronteiras territoriais em um espaço funcional, quanto um meio de conectar territórios e localidades de novas formas.

Além disso, à medida que novas escalas surgem e/ou escalas existentes ganham espessura institucional, as forças sociais tendem a desenvolver novos mecanismos para ligá-las ou coordená-las. Isso gera uma complexidade crescente à medida que diferentes escalas de ação vêm a ser vinculadas em várias combinações de modos vertical, horizontal, diagonal, centrípeta, centrífuga, e turbilhonar (vórtex). Essa complexidade não pode ser capturada em termos de simples contrastes, tais como conceitos como global-nacional, global-local, ou ainda conceitos híbridos abrangentes, como “glocalização”, “glurbanização”² ou “transversal”. Ao invés disso, vemos atualmente uma proliferação de escalas espaciais discursivamente constituídas e institucionalmente materializadas e incrustadas que são relacionadas em hierarquias cada vez mais complexas e emaranhadas, em vez de serem simplesmente aninhadas umas dentro das outras. Elas têm diversas temporalidades, bem como espacialidades.

Estas complexidades oferecem mais oportunidades para reescalamento, salto de escalas, e assim por diante; elas também reordenam hierarquias espaciais e escalares produzindo novas formas de desenvolvimento desigual. Isso se reflete em mudanças entre “economias nacionais” e na ascensão e queda de regiões, novas formas de divisão “norte-sul”, e assim por diante. Em suma, seria mais apropriado, ainda que um pouco complexo, falar sobre os modos pluri-espaciais, multi-temporais, e poli-contextuais de imaginar, constituir, e governar as economias regionais e sua integração sempre relativa, provisória e instável em espaços econômicos mais includentes, até – e englobando o próprio – mercado mundial. Este é o espaço verdadeiro, e teórico, no qual os estudos de imaginários regionais, estratégias regionais e regiões realmente existentes devem estar localizados.

¹ O ciberespaço está, de fato, longe de ser igualmente distribuído ou acessível e possui raízes em lugares específicos.

² Sobre *glocalização*, ver Brenner (1998), Swyngedouw (1997), e Drori et. al. (2014); sobre *glurbanização*, Jessop e Sum (2000) e Matusitz (2010); sobre transnacionalização, Smith (2000).

As Complexidades do Reescalonamento e da Rearticulação

A relativização da escala cria oportunidades para novos tipos de estratégia regional. Quatro tipos principais podem ser distinguidos:

1. Buscando localizar um determinado local ou região dentro de uma hierarquia vertical para maximizar as vantagens resultantes das suas relações para cada ponto da escala;
2. Desenvolvendo ligações horizontais entre as zonas ou regiões de tipo semelhante, ignorando a dimensão vertical em favor da construção de redes (redes de cidades globais seria um exemplo, regiões transfronteiriças, outro);
3. Construindo ligações “transversais”, isto é, ignorando uma ou mais escala(s) imediatamente vizinha(s) para se engajar com processos em outras escalas. Exemplos incluem triângulos de crescimento, zonas de processamento de exportação, portos livres e acessos regionais;
4. Tentando escapar das restrições escalares ou arraigadas localizando suas atividades em um espaço de fluxos sem fronteiras ou deslocando-o para um “ciberespaço”.

Estas opções podem ser combinadas para produzir estratégias mais complexas. Elas podem ser aplicadas em uma série de diferentes escalas e regiões transfronteiriças que pertencem principalmente às estratégias dos tipos 2 e 3 acima. De modo mais geral, essas estratégias podem ser consideradas a partir de dois pontos de vista: (1) os seus portadores primários - agentes econômicos privados (por exemplo, empresas, bancos, câmaras de comércio) ou órgãos públicos (por exemplo, os diferentes níveis de governo, associações locais ou regionais, *quangos* -organizações quase não-governamentais); e (2) a natureza da articulação interscalar envolvida - vertical (para cima e/ou para baixo), lateral (extroversão e introversão), transversal etc.

Sobre essa base, várias estratégias para reescalonamento podem ser identificadas. Elas são apresentadas em ordem crescente, a partir do microrregional, passando pelas ligações transversais subnacionais, até o supranacional.

- Re-localização e re-regionalização, ou seja, a reemergência e

a revalorização das economias locais e regionais no contexto das economias nacionais (por exemplo, novos distritos industriais, “meios inovadores”, regiões de aprendizagem, *gateway cities*, ilhas do Mediterrâneo como pontes entre a Europa e África), ou, em alguns casos, a decomposição da economia nacional devido à crise econômica, a guerra civil, ou algum outro mecanismo de ruptura. Re-regionalização também pode envolver um reforço na escala das regiões (ver Smith, 1988);

- Metropolização multicêntrica ou polinucleada, ou seja, uma vasta expansão do tamanho e da escala das cidades líderes dentro de hierarquias urbanas para que se tornem enormes regiões metropolitanas ou mega-urbanas com vários centros;
- Inter-localização ou inter-regionalização, ou seja, o desenvolvimento de ligações horizontais entre localidades ou regiões contíguas na mesma escala, mas em diferentes estados nacionais (por exemplo, regiões transfronteiriças, alianças translocais, estados subfederais) que têm interesses econômicos e/ou políticos compartilhados ou complementares (Hocking, 1999) - ligações que muitas vezes contornam o nível nacional, mas às vezes podem ser patrocinadas por um ou mais estados nacionais, bem como pelas autoridades locais, urbanas e regionais e que podem ser refletidas no desenvolvimento de zonas de produção binacionais, metrópoles transfronteiriças ou fronteiras internacionais (Albert e Brock, 1996: 10, 20-21) e na emergência de corredores internacionais de desenvolvimento ao longo das principais artérias de transporte (por exemplo, ribeirinhas, costeiras, redes e *hubs* de transportes, etc.). Tais lugares são por vezes considerados como “glocais”, ou seja, localidades globalizadas. Na situação extrema, estes podem se tornar espaços extraterritoriais (por exemplo, centros financeiros *off-shore*, paraísos fiscais etc.);
- Trans-localização ou trans-regionalização, ou seja, o aumento de ligações horizontais entre as localidades ou regiões não-contíguas, na mesma escala, seja dentro ou entre os estados nacionais. Boisier (1994) categoriza tais relações como “regiões virtuais”, quando elas resultam de uma construção deliberada de alianças estratégicas inter-locais;

- Redes de cidades globais, ou seja, a formação de cidades globais que se orientam muito mais fortemente para fora, para o exterior, direcionadas a outras cidades globais, do que para a hinterlândia nacional. Isso pode ser visto como um caso especial de trans-regionalização, ao passo que cidades globais têm extensas regiões e porque a hierarquia da cidade global tem níveis mais baixos e nichos especializados que também formam ligações transnacionais. Nos casos em que a promoção de tais ligações resulta na extroversão de estratégias de desenvolvimento urbano destinadas a promover a competitividade da cidade na economia global, podemos nos referir ao fenômeno da “glurbanização” (ver Jessop e Sum 2000);
- Integração meso-regional - a formação de blocos sub-tríade, mas supranacionais, como, por exemplo, ASEAN, Mercosul, Caribcom, ALBA, que podem tanto formar blocos de construção para o próximo nível de integração ou então oferecer resistência a ele;
- Integração macrorregional - nomeadamente triadização, ou seja, a formação de blocos regionais econômicos multilaterais, patrocinados pelo Estado, abrangendo várias economias nacionais, oficialmente na América do Norte, Europa e norte do leste asiático;
- Inter-triadização, ou seja, a crescente interpenetração dos blocos tríade por multinacionais sediadas em cada um dos blocos, formam alianças estratégicas com parceiros de outros blocos tríade, com a aceitação dos interesses de tais empresas multinacionais no interior dos Estados triádicos e nacionais (cf. Poulantzas, 1975);
- Trans-triadização, ou seja, o desenvolvimento de fóruns bilaterais e cúpulas que envolvem diferentes pares de tríades, que procuram desenvolver e aprofundar as complementaridades específicas - notadamente através do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a Nova Agenda Transatlântica, as Reuniões Ásia-Europa, ou, em um novo contexto, a cúpula dos BRIC e outras formas de cooperação entre os países do BRIC.

Isto aponta para o potencial das estratégias de aliança entre os Estados em escalas regionais similares ou diferentes (por exemplo, a União Europeia, seja como uma organização intergovernamental dos Estados nacionais, seja como uma “Europa das regiões”), que se combinam para assegurar a base para o desenvolvimento econômico e a sobrevivência política face à crescente concorrência e rivalidade globais. Essas alianças vão variar de acordo com a posição das economias envolvidas na hierarquia global. Assim, enquanto uma pequena economia aberta (seja capitalista, pós-socialista, ou socialista) pode buscar uma maior integração com o poder econômico dominante, em seu polo de crescimento triádico imediato, o poder dominante pode procurar não só seletivamente se conectar às economias vizinhas em sua órbita econômica e estratégica, mas também firmar alianças com outros poderes da tríade dominante. Uma estratégia alternativa para uma pequena economia aberta é buscar nichos de mercado na economia global (talvez através do incentivo de alianças estratégicas com empresas-chave em cada região tríade) ou formar alianças regionais com outras economias pequenas (se elas partilham fronteiras ou não) como uma base para incrementar suas capacidades econômicas e de influência. Além disso, uma vez que a economia nacional não é mais tida como uma verdade inabalável, encontramos também regiões subnacionais, cidades e espaços econômicos locais perseguindo estratégias orientadas para a mudança das formas de globalização e da competitividade internacional.

Lógicas Territoriais e Espaço de Fluxos

A proliferação de horizontes temporais e espaciais associados com a relativização da escala nos últimos 40 anos (em relação à “idade de ouro” da ordem capitalista do pós-guerra em que os estados nacionais administravam economias nacionais em benefício das sociedades nacionais) envolve muito diversas oportunidades e ameaças para as forças econômicas, políticas e sociais em comparação com quando o primado da escala nacional era dado como certo. As empresas e os Estados são atores-chave no reescalamento resultante e os esforços de articulação interescalar. Não existe uma correspondência simples entre as estratégias e atores: algumas empresas são territorialmente-fixas, outras se movem em um espaço de fluxos; Estados podem buscar incorporar as atividades econô-

micas no lugar ou promover “desfronreamento” em nome de empresas nacionais móveis. Apesar de (e por causa) dessas complexidades, é útil fazer a distinção entre a lógica do território e a lógica do espaço de fluxos (ou *flow-space*) e de explorar as suas implicações para a dialética da fixidez e do movimento em uma cambiante ordem geoeconômica e geopolítica, em diferentes escalas, até a global.

Quatro questões são importantes de se levantar aqui antes de considerar as implicações da dialética da fixidez e o movimento para a dialética da globalização e regionalização. Em primeiro lugar, a dinâmica do mercado mundial é irreduzível aos fluxos - quer de mercadorias, do capital produtivo, do capital portador de juros, ou do capital variável (ou seja, a força de trabalho). Tal dinâmica apresenta dimensões territoriais importantes (refletido em conceitos como os distritos industriais, economias de aglomeração, as cidades globais e os capitalismos regionais ou nacionais). Em segundo lugar, os Estados são mais do que “recipientes de poder”: eles também funcionam como conectores de alimentação, ou seja, como nós em uma rede de Estados e de outras forças políticas. Em terceiro lugar, a integração do mercado mundial não exerce pressão sobre *o Estado* (soberano ou não) em geral, mas em formas particulares de Estado ou regime político com específicas capacidades e responsabilidades estatais. Assim, diferentes formas de integração afetam diferentes formas de Estado de maneiras bem diferentes. Em quarto lugar, o mercado mundial também coloca pressões sobre o capital e o trabalho, através do alargamento, aprofundamento e intensificação da competição global.

A distinção entre territorialização e o espaço de fluxos foi traduzida por Arrighi (1994) e Harvey (2004) em uma distinção entre duas lógicas de poder: a lógica territorial do Estado e a lógica capitalista da fixidez e do movimento. Enquanto Arrighi usou essa distinção para interpretar a evolução histórica na *longue durée*, Harvey tentou desenvolver uma narrativa dialética mais abstrata das relações entre as duas lógicas. Os aspectos-chave do argumento de Harvey compreendem:

1. Enquanto o Estado é baseado em primeira instância na lógica territorial do poder político, diplomático e militar orientado a limites territoriais fixos, o capitalismo é baseado, em primeira instância, na lógica espacial do poder [econômico] que flui através dos espaços e tempos contínuos.

	Lógica Capitalista do Poder	Lógica Territorial do Poder
Atores-chave	Capitais privados móveis, potencialmente de curta duração, que operam no campo aberto, e espacialmente dinâmico, da acumulação.	Estados duráveis, delimitados territorialmente, operando para defender/expandir fronteiras territoriais.
Lógica Principal	Geoeconomia dos fluxos de capitais, monopólios espaciais emergentes, e produção de novas escalas econômicas - com efeitos políticos inevitáveis (por exemplo, nós regionais de poder econômico como base para as classes dominantes que procuram envolver-se em expansões regionais e imperialistas). Interesses regionais podem capturar o Estado Territorial.	Geopolítica de estratégias territoriais dos estados e impérios para acumular controle sobre territórios - com efeitos econômicos inevitáveis (por exemplo, o crescimento do complexo industrial-militar, o acesso aos recursos, o protecionismo durante crises, promoção do comércio livre). Primazia dos interesses políticos pode levar a estados “falhos” ou a estados “párias”.
Característica Central	O poder econômico flui de forma molecular e em rede, através do tempo e espaço contínuos. Integração trans-territorial resulta de estratégias espaciais monopolísticas. Os fluxos e ajustes espaço-temporais ignoram as fronteiras.	Poder político-militar defende e expande o controle territorial segmentado a fim de promover os interesses próprios do Estado. Envolve decisões estratégicas e reivindicações no nível de Estado e está ligado às fronteiras territoriais.
Papel do Espaço/Território na Lógica Principal	A lógica capitalista explora condições geográficas desiguais, “assimetrias” enraizadas nas relações de troca espaciais, mas também ultrapassa as fronteiras territoriais. Processos moleculares ultrapassam as fronteiras e os Estados regionais e nacionais e devem tentar gerir os fluxos moleculares.	Lógica territorial orientada para o aumento da riqueza e do bem-estar de um território em detrimento de outros. Pode envolver estados subnacionais, blocos regionais etc.; pode levar ao surgimento de hegemonia global, com base no território. Há risco de colapso imperial se a lógica territorial forçar seus limites.
Lógica Secundária	A lógica capitalista é melhor promovida através de Estados Territoriais que assegurem as condições-chave externas do circuito do capital. Estados capitalistas orientam suas políticas às necessidades econômicas, jurídicas, políticas e sociais do capitalismo mediado pelo mercado orientado para o lucro. Este capitalismo também requer capacidade de construção institucional do Estado (especialmente a da hegemonia territorial). Ações territoriais do Estado também abrem novos campos de investimento para o capital privado.	Poder político-militar depende de uma economia que gere riqueza e recursos, forte base tributária e força militar. Então o Estado rege sua economia para maximizar o dinheiro, a capacidade produtiva e o poderio militar. Ele usa coerção, diplomacia e política para promover os interesses econômicos que também servem aos interesses territoriais do estado. A hegemonia territorial administra a lógica do capital para sustentar seu poder.

2. Cada lógica gera contradições que devem ser contidas pela outra. Isto resulta em um movimento de espiral, à medida que contradições são deslocadas de uma lógica para a outra, em um processo contínuo de ajustamento mútuo e de reação. Isso se reflete em diferentes formas e dinâmicas de desenvolvimento geográfico desigual, lutas geopolíticas e políticas imperialistas.
3. O imperialismo refere-se a relações inter-estatais e adquire uma forma distintamente capitalista uma vez que a lógica da acumulação do capital domina a organização econômica. Para Harvey, o imperialismo capitalista pode ser compreendido ao “invocar uma dupla dialética, em primeiro lugar, da lógica capitalista e territorial do poder e, em segundo lugar, das relações interiores e exteriores do Estado capitalista” (2004: 183-4).
4. Existem diferentes formas de imperialismo capitalista, dependendo da primazia relativa das lógicas capitalistas ou territoriais do poder na fusão dialética das políticas estratégicas de controle sobre o território e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo (2004: 26). É falso supor que “processos político-econômicos são guiados pelas estratégias de Estado e de império e que os estados e impérios sempre operam a partir de motivações capitalistas” (2004: 34). Em vez disso, existem potenciais tensões, disjunções, contradições ou mesmo antagonismos entre essas lógicas. Se a lógica territorial bloqueia a lógica do capital, há um risco de crise econômica; se a lógica capitalista mina a lógica territorial, há um risco de crise política (2004: 140).

A Tabela 1 sistematiza as observações de Harvey para apresentar um relato mais detalhado dessas lógicas de poder. Deve, contudo, ser reconhecido que a análise de Harvey da lógica territorial permanece pouca desenvolvida, comparada com sua análise crítica da economia política do “espaço de fluxos” (para uma crítica, ver Jessop, 2006).

Um caminho a seguir é combinar um interesse em teoria do capital e seus ajustes espaciais, temporais e espaços-temporais, com

um interesse em teoria do Estado e seus ajustes territoriais, que levem em conta a lógica territorial do poder para restringir a lógica do capital, confinando sua operação em fronteiras definidas e assim limitar a plena realização do mercado capitalista mundial (Jessop, 2002: 24-8). Este fenômeno era característico do apogeu do Estado nacional nos primeiros 30-40 anos de desenvolvimento do pós-guerra, e pode ser visto em formas diferentes, tais como o Estado de Bem-Estar Nacional Keynesiano, o Estado de desenvolvimento nacional do Leste Asiático, o Estado planejado socialista, e a industrialização baseada na substituição de importação, existente tanto na América Latina quanto na Índia. Cada uma dessas estratégias de base nacional tornou-se mais difícil graças à internacionalização e a resultante relativização da escala.

Isso aponta para as contradições inerentes surgidas a partir da crescente integração do mercado mundial - o que reduz os atritos que retardam o movimento do capital (especialmente as suas formas hipermóveis e super-rápidas) - e a sobrevivência continuada de Estados territoriais (tipicamente estados territoriais nacionais) descobrem que é difícil controlar esses fluxos e, ainda mais difícil, em muitos casos, para controlar a velocidade com a qual as crises financeiras e econômicas se desdobram e, por meio de efeitos de contágio, perturbando a vida econômica, política e social muito além dos sítios originais da crise. Em suma, a interação do espaço de fluxos e a lógica do território fornece um grande desafio para a governança global eficaz. Se somarmos a esta fonte fundamental de problemas a coexistência e, de fato, o enredamento do espaço e do território com as complexidades de múltiplas divisões escalares de trabalho e as variadas formas de ligação entre determinados lugares, somos confrontados com graves problemas das complexidades desestruturadas, imprevisíveis e desgovernáveis das relações socioespaciais.

Territórios Governantes e Espaços-Fluxo, com referência especial para as Regiões

Estas observações colocam uma questão interessante sobre como a lógica da territorialização e dos fluxos se combinam em casos específicos de regionalização e, se efetivas, como estas lógicas – por vezes complementares, por vezes antagônicas – podem ser governadas.

Dois conjuntos de literatura são relevantes aqui: o primeiro conjunto começa a partir da lógica da territorialização e coloca o problema do *governo multinível*; o segundo conjunto começa a partir da lógica dos fluxos e coloca o problema da *governança em rede*.

Governo Multinível

Governo multinível é um regime político caracterizado pela coordenação imperativa, através de um Estado Territorial (uma hierarquia multinível, mas de comando unificado), que é encarregado de (ou reivindica a responsabilidade por) gerenciar as relações entre as áreas delimitadas que estão sob o controle exclusivo daquele Estado. Este Estado pode ser um Estado territorial nacional grande (com pelo menos dois níveis de governo) ou uma confederação de Estados territoriais nacionais que delegou ao menos algumas competências a um ou mais níveis supranacionais de autoridade política. O primeiro é menos problemático e tem sido analisado por meio do estudo da administração pública e do federalismo. O desafio de organizar as relações entre os estados nacionais, de acordo com uma divisão escalar demarcada, de controle político, surgiu mais fortemente nos últimos 25-35 anos, em dois contextos: (1) a dissolução da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes – CEI, e (2) a expansão da União Europeia.

A União Soviética era *um regime imperial multiestado dominada pela Rússia, que foi submetida à decomposição* e, posteriormente, foi reorganizada em uma CEI (que atualmente é composta por 11 dos 15 Estados membros da União Soviética. Outros três aderiram à União Europeia e à OTAN. Um deles é o ponto focal do conflito na Ucrânia e um outro, a Geórgia, deixou a CEI em 2009), que teve de encontrar um novo equilíbrio de poderes e competências através de espaços econômicos e Estados que tinham sido anteriormente integrados sob um comando central. Esta reorganização foi complicada por causa da divisão do trabalho entre os espaços econômicos, que foi orquestrada dentro do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua) – em alguns casos tem sido fácil reorientar as atividades econômicas (por exemplo, nas repúblicas turcas, ricas em petróleo), em outros, muito mais difícil (por exemplo, na República da Bielorrússia – o que acabou conduzindo a um acordo de unificação de políticas, em 1996, com a Rússia).

A União Europeia tem se expandido como um *estado federal multiestatal no processo de formação*, em que a relação entre diferentes níveis de organização política (cidades, regiões, estados nacionais, e as instituições europeias) devem ser estabelecidas e evoluíram até os dias atuais por meio de uma mistura de inovação incremental, em períodos estáveis, e integração radical induzida por crises, em períodos de turbulência. Assim, a Europa das Cidades e a Europa das Regiões são desenvolvimentos mais incrementais. As atuais propostas de uma integração fiscal-financeira mais estreita e um controle orçamentário centralizado são respostas à atual crise da Zona do Euro. O processo geral de integração é um processo complexo, híbrido, com diversas formas de governo e governança em diferentes campos políticos e períodos.

Debates teóricos e políticos sobre governo multinível na União Europeia variam entre duas posições polares. De um lado, encontramos uma afirmação do governo multinível, com base em um compromisso com a subsidiariedade, ou seja, a devolução máxima possível de poderes e competências para o menor nível de governo, com os níveis mais altos ficando responsáveis por problemas de política que não podem ser resolvidos em níveis mais baixos. No outro polo, encontramos argumentos para erguer um “Estados Unidos da Europa”, com o poder concentrado nas instituições a nível europeu e os níveis mais baixos atuando como retransmissores das decisões tomadas no nível europeu. No meio há uma vasta gama de propostas concorrentes e, mais importante, inclinações ou tendências, em desenvolvimento, competindo umas com as outras. Uma parte fundamental da experiência europeia a este respeito é que as crises que afetam o desenvolvimento econômico europeu tendem a gerar uma maior integração política para engendrar um gerenciamento das crises mais efetivo. A crise atual na Zona do Euro ilustra bem isso, com a crescente pressão para a integração fiscal, monitoramento no nível da União Europeia dos orçamentos nacionais e políticas de crédito, e maiores poderes monetários para o Banco Central Europeu. Outra característica de gestão de crises é a consolidação das relações centro-periferia, dividindo o sul da Europa e a Europa Oriental – como espaços econômicos periféricos – de um centro Continental Europeu organizado sob a hegemonia alemã. Isso se reflete no recente surgimento de um novo método de governança (às vezes chamado de “Método Merkel”

ou “Método da União”), em que acordos intergovernamentais que envolvem a Comissão Europeia, o Conselho de Ministros, e o Parlamento Europeu são organizados de acordo com as suas competências específicas no âmbito da liderança da Alemanha, como o estado membro mais forte econômica e politicamente.

Governança em rede

Isso depende de uma combinação de relações bem ordenadas de mercado (trocas econômicas), compromisso de negociação (deliberação orientada para o consenso) e solidariedade (compromissos de cooperação dignos de confiança). Ela pode surgir de forma espontânea, em resposta a iniciativas particulares por um ator chave ou partes interessadas, ou através de iniciativas do Estado para reduzir os encargos do governo, reunindo soberania e/ou partilha de responsabilidades para governar problemas complexos com uma gama de parceiros públicos, privados e do terceiro setor. A governança em rede é orientada para assegurar as condições para o fluxo de bens, serviços, tecnologias, capital e pessoas através de diferentes territórios, para conectar diferentes lugares em diferentes territórios em novas divisões do trabalho (por exemplo, redes de cidades, centros interdependentes de produção, diferentes formas de relação centro-periferia), ao longo de diferentes escalas de organização social (que podem não coincidir com as fronteiras territoriais), e diferentes conjuntos de laços sociais baseados na confiança mútua. Esse padrão está menos preocupado com a integração do governo em um emergente sistema de Estado supranacional ou federal. Está, sim, interessado em criar as condições para mercados integrados com mecanismos de governança acordados, mas sem coordenação geral. Isso é parecido com o modelo de regionalismo aberto que tem sido sugerido para o Leste Asiático e para a região do Pacífico em geral.

Na União Europeia, este padrão de governança é mais frequentemente associado com o oficialmente reconhecido Método Aberto de Coordenação (OMC – Open Method of Coordination). Este mecanismo envolve acordos comuns sobre missões, objetivos políticos, e resultados desejados *mais* os métodos descentralizados de buscar estes objetivos (escolhidos a nível nacional ou subnacional), bem como os mecanismos de monitoramento e relatoria para veri-

ficar o progresso nas suas ações. O seu desenvolvimento pode ser visto como parte de esforços contínuos (muitas vezes com propósitos cruzados) dos atores econômicos e políticos chaves para a produção de um melhor balanceamento entre os diferentes modos de coordenação econômica e política, através das divisões funcionais e territoriais, e para assegurar, sob a primazia do político, uma medida da unidade do aparato político e da legitimidade política para a União Europeia.

Refletindo a tendência para as lógicas de territorialização e dos espaço de fluxos gerarem contradições e crises que são manejadas em parte alternando seu primado nos arranjos de governança, nós descobrimos que o governo multi-nível e a governança em rede também são propensos a tensões específicas e tendências à crise. Isso se reflete no caráter híbrido de *government-cum-governance* na União Europeia. Essa combina elementos de ambas as formas, além de outros arranjos transversais – tornado mais complicado nos últimos anos pelo desenvolvimento de um novo eixo político baseado no interesse franco-alemão em manter a Zona Euro intacta, com decisões que estão sendo impostas aos Estados membros mais fracos (notadamente Grécia, mas com Portugal e Itália também sujeitos aos ditames franco-alemães) e um recurso ao “Método da União” como um meio de gestão de crises, em resposta a um estado de emergência econômica. Neste sentido, a União Europeia pode ser vista como uma das principais e, de fato, cada vez mais importantes, instâncias supranacionais de *metagovernança multi-espacial*, para uma ampla gama de problemas complexos e inter-relacionados.

Na verdade, porque as fontes e o alcance destes problemas vão muito além do espaço territorial ocupado por seus Estados membros, a União Europeia é um importante, ainda que complexo, ponto de intersecção (ou nó) no emergente, hipercomplexo, e caótico sistema de governança global (ou, melhor, de metagovernança global). Ela ainda é um nó, entre vários, dentro deste sistema emergente de metagovernança global e não pode ser plenamente compreendida sem levar em conta suas relações complexas com outros nós localizados acima, abaixo e transversais à União Europeia. De fato, enquanto poderíamos muito bem admitir a hipótese de que a escala europeia está se tornando cada vez mais dominante, no regime metagovernante multi-espacial da União Europeia, na verdade, ela é decisiva nos regimes metagovernantes multi-escalares emergentes que estão

se desenvolvendo em escala global sob a (cada vez mais tendente à crise) dominação dos Estados Unidos.

Experiência Europeia e sua Relevância para o Leste Asiático

Rodadas anteriores do debate acadêmico e político questionaram se um modelo de estilo europeu de governo multinível é viável no Leste Asiático. O principal argumento contra a adoção deste modelo foram os degraus de desigualdade muito maiores observados entre as economias do Leste Asiático, com seus muito diversos níveis de desenvolvimento econômico, diferenciados modos de crescimento, seus muito contrastantes desafios econômicos, políticos, sociais e culturais, e, em alguns casos, desconfianças de longa data e rivalidades enraizadas em experiências passadas de colonialismo, guerras e disputas territoriais. Além disso, desde que mutuamente reconhecidas, as fronteiras internacionais estáveis e um compromisso com as instituições democráticas são condições prévias de adesão à União Europeia, as disputas sobre fronteiras e a variedade de regimes políticos também fazem com que o modelo da União Europeia seja difícil de alcançar na prática, mesmo que sua estrutura fosse passível de ser constituída. É por isso que o padrão dominante segue uma espécie de: regionalismo aberto; associações regionais mais frouxas e regimes internacionais com geometrias variáveis e múltiplas velocidades.

Estas conclusões iniciais devem ser melhor qualificadas à luz das experiências recentes na União Europeia. Ela passou por sucessivos ciclos de expansão, resultando que agora ela inclui uma gama crescente de economias nacionais com modos muito diferentes de crescimento e níveis de competitividade econômica internacional e com um vasto conjunto de desigualdades econômicas, políticas e sociais entre estados-membros. Isso aumentou a heterogeneidade da dinâmica de crescimento e os modos de regulação das economias regionais e nacionais diferentes, bem como as formas e medidas do desenvolvimento desigual e das disparidades.

Não é surpresa, assim, que as economias nacionais e os Estados nacionais tenham estado sujeitos a seus próprios problemas individuais estruturais e crises, bem como compartilhado tendências de crise derivadas de sua integração na economia do Atlântico Norte, na

economia eurasiática pós-soviética, e no mercado mundial de modo geral. Essas especificidades nacionais tornaram-se mais acentuadas, na esteira da crise financeira do Atlântico Norte e da crise econômica-política na zona do Euro, o que reflete problemas de longo prazo de compatibilidade econômica dentro de uma economia de mercado europeia integrada.

Isso indica que mesmo a União Europeia, em que as condições foram consideradas mais favoráveis, está descobrindo que esta forma de integração é difícil de manter em tempos turbulentos e propensos a crises. Isso se reflete em sérios debates políticos sobre a dissolução da zona do euro (com nenhum mecanismo constitucional previsto para a saída de um estado-membro da União Monetária Europeia) e até mesmo sobre a decomposição da União Europeia (ou, pelo menos, sua evolução para uma União Europeia de “duas velocidades”, ou “à la carte”). Estes problemas tornaram mais difícil prever a futura expansão da União Europeia (notadamente em relação à Turquia; que está localizada nos continentes asiático e europeu; tem uma grande população; e é considerada por muitos eleitores europeus atuais como uma nação não europeia, no que tange à religião, cultura e política).

Um contraste interessante pode ser visto aqui entre a abordagem europeia para a cooperação regional no “heartland” da Europa e a abordagem da China (e também do Japão pós-guerra), de maneira geral, para a cooperação regional no leste asiático. Enquanto que os Estados europeus estão dispostos a barganhar a soberania em diversas formas de cooperação intergovernamental, de governo multinível, e do Método Aberto de Coordenação, a China tem tendido a insistir em manter sua própria soberania, respeitando também a soberania daqueles vizinhos regionais que não são considerados parte do seu mandato territorial original, praticando sua concepção de “governança imperial” denominada “All-under-Heaven”. Este princípio se estende a outras esferas de cooperação regional (por exemplo, na América Latina e África). Por outro lado, há semelhanças entre a “Política Europeia de Vizinhança” e a política chinesa da “boa vizinhança” para com os vizinhos mais periféricos.

Em um contexto relacionado, Barma, Ratner e Weber (2007: 25) notam que a regionalização da China propõe gerir a política internacional através de uma síntese neo-Westfaliana composta de Estados rígidos que barganham uns com os outros sobre os termos de suas

relações externas, mas respeitam leal e firmemente os direitos de cada um de ordenar a sua própria sociedade, política e cultura, sem interferência externa.

Neste sentido, os modelos de governança em rede e o modelo intergovernamental pode ser mais útil para refletir sobre o regionalismo no Leste Asiático – com as implicações correspondentes que estas formas de cooperações serão mais superficiais, menos institucionalizadas, e menos suscetíveis de conduzir a uma maior integração no caso de crises. Este último ponto fornece um interessante contraste com o que ocorre na União Europeia.

Estratégias Regionais Supranacionais Alternativas

Quais são as principais alternativas ao governo multinível e à governança em rede?

Uma opção é a adoção irrestrita do livre comércio e a integração incondicional, de forma rápida, ao mercado mundial. A defesa do livre comércio é tipicamente associada com poderes economicamente dominantes, isto é, os poderes que têm uma vantagem em novas tecnologias, um papel preponderante na produção e no comércio, e controle de uma moeda hegemônica. Geralmente não é proposta por aquelas economias fracas, com desenvolvimento tecnológico relativamente pobre, papel marginal na produção e no comércio mundial e de moedas fracas. Em tais casos, é mais provável que o livre comércio gere coerência econômica cadente ou desintegração da economia e sua subordinação às influências externas - seja por meio de crescente dependência tecnológica, penetração das importações em detrimento de empresas locais (com pouca chance de se ajustar estruturalmente), ou depreciação da moeda e aumento da inflação. Esta opção está implícita em muitas tentativas para a implantação reintrincheirada (*roll-out*) do neoliberalismo em escala mundial e, embora muitas vezes apresentada como uma abordagem de Estado mínimo, de *laissez-faire*, está ligada a grandes doses de coerção, especialmente quando impostas como condicionalidades para a concessão de fundos de emergência ou ajuda internacional.

Em segundo lugar, na extremidade oposta do espectro, existem vários planos para protecionismo, até mesmo para a autarquia. Esses planos envolvem retirada seletiva, quando não completa, da

economia mundial para desenvolver uma base econômica nacional forte antes de se expor à concorrência internacional. Esta abordagem é por vezes vinculado a argumentos como “indústria infante” e/ou que se inspira na fase de substituição de importações de trajetórias de crescimento de várias nações recém-industrializados (os chamados novos países industriais) do Leste Asiático antes que trilhassem um estilo de desenvolvimento conduzido por exportações. E, à luz da crise financeira global (mais apropriadamente designada crise do Atlântico Norte, dado o crescimento no Brasil, Rússia, Índia e China, bem como em algumas outras economias emergentes), que também está ligada às propostas de desconectar ou dissociar algumas economias nacionais ou regionais das economias de mercado neoliberal dominante. Estas propostas são, por vezes, defendidas em prol de alianças contra-hegemônicas de Estados, como os estados da ALBA, na América Latina.

Em terceiro lugar, podemos ter diferentes formas de mercado comum e de organização multilateral macroeconômica. Exemplos incluem a NAFTA, a EURASEC (Comunidade Econômica da Eurásia), a Cooperação Econômica do Mar Negro e o desenvolvimento da cooperação entre as economias do BRIC. Esses acordos estão surgindo na Ásia à medida que o centro de gravidade econômico muda em sua direção. A região do Leste Asiático vem desenvolvendo vários acordos de cooperação importante no âmbito da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), ASEAN + 3 e EAS (Cúpula do Leste Asiático), todos tendo a ASEAN como o centro de gravidade das diferentes redes que estão surgindo nas escalas regional, sub-regional e transfronteiriço. Um caso recente importante é a Parceria Trans-Pacífico - TTP (que inclui, dentre outros, os EUA, Austrália, Brunei, Chile, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã), um acordo de livre comércio que exclui deliberadamente a China, como parte da política de contenção norte-americana em relação ao gigante asiático.

Regionalismo e Globalismo depois da Crise

Há uma mudança histórica em curso, à medida que a hegemonia dos Estados Unidos amaina e o governo norte-americano busca manter sua posição dominante, através de meios financeiros e coerção, em face de uma crescente multipolaridade no mercado e na ordem política mundial. Na sequência de previsões sobre o “século

japonês”, que sucederia o “século norte-americano”, agora lemos previsões sobre o século chinês, asiático ou do Pacífico. Tais previsões podem parecer prematuras, à luz dos crescentes problemas globais (energia, alimentação, clima, segurança), que poderiam desestabilizar ainda mais as grandes potências emergentes. Mas encontrar novas maneiras de lidar com as dinâmicas regionais e globais é crucial para o desenvolvimento de uma ordem mundial mais estável, mais justa e mais sustentável. Possibilitar à Ásia encontrar seu próprio lugar nesta nova ordem mundial, com um rebalanceamento adequado entre os estados do Atlântico Norte e as grandes potências emergentes da América Latina, Ásia e África é o desafio mais importante atualmente. O maior risco é que esse rebalanceamento seja feito por uma classe emergente transnacional (representada miticamente pelo “Homem de Davos”), que objetiva assegurar o seu futuro às expensas da classe média “squeezed middle”, do “precariado” (ou seja, uma analogia com o proletariado e com a crescente classe de pessoas que vivem em condições precárias), e aqueles que vivem na pobreza. Se este for o resultado, aqueles que controlam o espaço de fluxos haverão vencido à custa daqueles que estão sujeitos à lógica do poder territorial e da dominação.

Referências Bibliográficas

- ALBERT, M.; BROCK, L. (1996). De-bordering the state: new spaces in international relations. *New Political Science*, n. 35, pp. 69-107.
- ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARRIGHI, G. (1994). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora da Unesp.
- BARMA, N.; RATNER, E.; WEBER, S. (2007). A world without the West. *The national interest*, n. 90, pp. 23-30.
- BOISIER, S. (1994). Crises y alternativas en los procesos de regionalización. *Revista de la CEPAL*, n. 52, pp. 177-89.
- BRENNER, N. (1998). Global cities, glocal states. *Review of International Political Economy*, v. 5, n. 1, pp. 1-38.
- COHEN, S. B. (2003). *Geopolitics of the world system*. Lanham, MD, Rowman & Littlefield.
- COLLINGE, C. (1999). Self-organization of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Society and Space*, v. 17, n. 5, pp. 557-74.
- DRORI, G.S.; MARKUS, A.; HÖLLERER, M.A.; WALGENBACH, P. (2014).

- Unpacking the globalization of organization: from term to theory to analysis. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, v. 1, n. 1, pp. 85-99.
- FRIEDMAN, T. L. (2005). O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOONERATNE, W.; MOSSELMAN, E. E. (1996). Planning “across the borders”: border regions in Eastern and Southern Africa. *Regional Development Dialogue*, v. 17, n. 2, pp. 136-54.
- HARVEY, D. (2003). O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2011.
- HOCKING, B. (1999). Patrolling the “frontier”: globalization, localization and the “actorness” of non-central governments. *Regional and Federal Studies*, v. 19, n. 1, pp. 17-39.
- JENSON, J. (1995). Mapping, naming and remembering: globalization at the end of the twentieth century. *Review of International Political Economy*, v. 2, n. 1, pp. 91-116.
- JESSOP, B. (1997). A neo-gramscian approach to the regulation of urban regimes. In: LAURIA, M. (ed.). (1997). *Reconstructing urban regime theory*. London, SAGE, pp. 51-73.
- JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. Cambridge, Polity.
- JESSOP, B. (2006). Spatial fixes, temporal fixes, and spatio-temporal fixes. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (eds.). (2006). *David Harvey: a critical reader*. Oxford. Blackwell, pp. 142-66.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M.R. (2008). Theorizing socio-spatial relations. *Society and Space*, v. 26, n. 3, pp. 389-401.
- JESSOP, B.; SUM, N. L. (2000). An entrepreneurial city in action: Hong Kong's emerging strategies in and for (inter)urban competition. *Urban Studies*, v. 37, n. 12, pp. 2287-2313.
- JORDAN, A.; KHANNA, J. J. (1995). Economic interdependence and challenges to the nation-state: the emergence of natural economic territories in the Asia-Pacific. *Journal of International Affairs*, v. 48, n.2, pp. 433-62.
- MASSEY, D. (2011). A counter-hegemonic relationality of place. In: MCCANN, E.; K WARD, K. (eds.). (2011). *Mobile urbanism: cities and policy-making in the global age*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp.1-28.
- MATUSITZ, J. (2010). Glurbanization theory: an analysis of global cities. *International Review of Sociology*, v. 20, n. 1, pp. 1-14.
- PAASI, A. (2001). Europe as a social process and discourse: considerations of place, boundaries and identity. *European Urban and Regional Studies*, v. 8, n. 1, pp. 7-28.
- PAASI, A. (2013). Regional planning and the mobilization of “regional identity”: from bounded spaces to relational complexity. *Regional Studies*, v. 47, n. 8, pp. 1206-19.
- PETROPOULOS, S. (2013). Losing grasp over the global financial system: the retreat of the North vs. the advance of the South. *Journal of Global Faultlines*, v. 1, n. 1, pp. 79-88.

- POULANTZAS, N. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- QUAH, D. (2011). The global economy's shifting centre of gravity, *Global Policy*, v. 2, n. 1, pp. 3-9.
- SIDAWAY, J. (2002). *Imagined regional communities: integration and sovereignty in the global south*. London, Routledge.
- SMITH, M. P. (2000). *Transnational urbanism: locating globalization*. Oxford, Blackwell.
- SMITH, N. (1988). The region is dead! Long live the region!. *Political Geography Quarterly*, v. 7, n. 2, pp. 141-52.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale. In: COX, K. (edit.). *Spaces of globalization*. New York, Guilford, pp.137-66.